

POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIVISÃO DE ENSINO

A VIOLÊNCIA NAS AÇÕES POLICIAIS MILITARES

Oficial - Aluno: José Pereira Filho

MONOGRAFIA C A O - 88

Goânia, Go Julho de 1988

JOSÉ PEREIRA FILHO

Não

A VIOLÊNCIA NAS AÇÕES

POLICIAIS MILITARES

ESTA MONOGRAFIA FOI APRESENTADA
COMO PRÉ-REQUISITO PARA A COM -
PLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO DO CUR
SO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICI -
AIS DA POLICIA MILITAR DE GOIÁS
ANO 1988.

GOIÂNIA - 1988

P E N S A M E N T O

" MENSAGEM AO HOMEM DO POVO
... E AOS HOMENS QUE DIRIGEM O POVO

Não criarás a prosperidade
Se desestimulares a p^opança.

Não fortalecerás os fracos
Por enfraqueceres os fortes.

Não ajudarás o assalariado
Se arruinares aquele que o paga.

Não estimularás a fraternidade humana
Se alimentares o ódio de classes.

Não ajudarás os pobres
Se eliminares os ricos.

Não poderás criar estabilidade permanente
Baseada em dinheiro emprestado.

Não evitarás as dificuldades
Se gastares mais que ganhas.

Não fortalecerás a dignidade e o ânimo
Se subtraíres ao homem a iniciativa e a liberdade

Não poderás ajudar aos homens
De maneira permanente se fizeres por eles aquilo'
Que eles podem e devem fazer por si próprios."

ABRAHAM LINCOLN

D E D I C A T Ó R I A

Aos meus queridos pais,
que me ensinaram a evitar a violência'
e a exaltar a razão e a compaixão.



A G R A D E C I M E N T O S

Ao meu querido e amado Pai Celestial, pela oportunidade de estar participando deste convívio salutar, entre instrutores, professores e companheiros do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás.

À minha querida e amada esposa Olga e filhos Lílian , Helen e José Alberto, pela colaboração, dedicação, companheirismo e paciência durante a elaboração dos trabalhos e estudos a que me dediquei, na firme esperança de vencer mais esta fase na evolução de minha vida policial-militar.

Ao senhor Cel PM Lúcio Borges, pela fineza para comigo, favorecendo-me, em muito, para a realização deste trabalho.

Ao Cap PM Vicente Peixoto de Alencar, pelos esclarecimentos prestados, norteando-me os procedimentos necessários para o cumprimento desta missão.

Aos companheiros policiais-militares, pela oportunidade de ser tratado como um irmão.

À Professora Maria Inácia Borges de Almeida, pela dedicada colaboração na revisão ortográfica deste opúsculo.

Í N D I C E

SUMÁRIO	08
1. INTRODUÇÃO	10
2. DESENVOLVIMENTO.....	
a. <u>Conceitos de violência</u>	
1) Segundo Aurélio	12
2) Segundo Laudelino	12
3) Segundo Enciclopédia do Saber	12
4) Segundo ADESG	12
5) Segundo Jorge	13
b. <u>Os primeiros atos de violência na terra</u>	13
c. <u>Configuração da Violência Social</u>	15
d. <u>Fatores Determinantes da Violência Social</u>	16
e. <u>A violência nas ações policiais-militares</u>	16
f. <u>Configuração da violência policial-militar</u>	17
g. <u>Alguns atos de violência policial-militar</u>	
1) Ameaça de morte de PM a superior hierárquico	18
2) Praça do Racha - Policial-Militar mata mani- festante.....	18
h. <u>Origem da violência Policial-Militar</u>	19
i. <u>Causas da violência Policial-Militar</u>	
1) Influência de fatores Geográficos.....	23
2) Influência de fatores sócio-econômicos	
a) Mão-de-obra deficiente	23
b) Violência urbana	24
c) Desvirtuamento da imagem de Polícia Mili- tar	24
d) Baixos vencimentos	25
e) Desajustes familiares	25
f) Condições de lazer	25
g) Alimentação	26
h) Moradia	26
i) Uso imoderado de bebidas alcoólicas	27
3) Influência de fatores organizacionais	27
a) Formação profissional	27
(1) Deficiência de mão-de-obra.....	27
(2) Seleção deficiente	28
(3) Nível de escolaridade para matrícula' nos cursos.....	28

(4) Formação policial-militar inadequada...	28
(5) Investigação Social para inclusão na Corporação	29
(6) Regularidade na instrução de recicla- gem, bem como a obrigatoriedade de frequência.....	29
b) Impunidade dos violentos	30
c) Deficiência de recursos materiais	30
d) Distribuição adequada das escalas de ser- viços	31
e) Fortalecimento da disciplina	31
f) Assistência social	31
g) Atuação do setor de orientação e acompa- nhamento psicológico.....	31
h) Conscientização profissional	31
i) Apoio ao Serviço Operacional	32
4) Influência de fatores bio-psíquico-socio- culturais.....	32
5) Influências políticas.....	33
6) Influência de fatores legais	
a) O poder de polícia	33
b) A violência arbitrária	36
j. <u>Atitudes diante da violência policial-militar</u>	37
1) Mudar a imagem distorcida que muitas pesso- as tem da Polícia Militar	37
2) Valorizar a mão-de-obra.....	38
3) Seleção cuidadosa dos candidatos a inclusão...	38
4) Formação policial-militar criteriosa e ins- trução de reciclagem obrigatória.....	39
5) Erradicação da violência urbana	41
6) Apuração criteriosa e punição rigorosa para os transgressores.....	41
7) Destinação de maiores recursos	42
8) Assistência psicológica.....	42
9) Incrementação do lazer	43
3. CONCLUSÃO.....	44
BIBLIOGRAFIA	47

SUMÁRIO

Esta monografia é um trabalho escolar e, portanto, tem suas limitações no tempo pré-fixado, na concorrência com outros trabalhos, testes, atividades normais do cotidiano e pelo exíguo tempo. Para tanto, ao elaborá-la, de forma simples, mas com abnegada dedicação, buscou-se dividi-la em três partes: Introdução, desenvolvimento e conclusão.

Na introdução, faz-se referência ao início e ao futuro da humanidade ameaçada pela violência nas relações entre os indivíduos.

Nela fica explícito o brado de alerta aos educadores, às autoridades e ao homem em geral, para que busquem mostrar aos jovens e aos indivíduos que bondade, justiça, amizade, amor e felicidade ainda existem e que a paz deve reinar entre os homens.

No desenvolvimento, após expor os vários conceitos sobre a violência, sempre convergindo para um mesmo fim: coação, uso de força, constrangimento físico ou moral, arbitrariedade, aborda-se os primeiros atos de violência na face da terra, a sua evolução e os obstáculos a ela antepostos.

Ao discorrer sobre a violência, refere-se aos aspectos de sua configuração e os fatores determinantes.

Ao discorrer sobre a violência policial-militar, refere-se aos aspectos de sua configuração, origem, causas e a influência dos fatores geográficos, sócio-econômicos, biológicos, psíquicos, sócio-culturais, organizacionais, políticos e legais.

Aborda-se, ainda, algumas dentre as muitas atitudes a serem tomadas diante da crescente escalada da violência nas ações policiais-militares.

Na conclusão, após analisar as condições de vida da humanidade, mediante o desenvolvimento assustador da violência, busca-se alertar aos Comandantes para adotarem uma acurada profissionalização dos policiais-mili-

tares, a fim de se promover um trabalho ostensivo preventivo, eficiente e eficaz, digno de verdadeiros guardiões sociais.

Buscar principalmente, através da reflexão, uma maneira de agir e tratar os membros da sociedade, do público externo e interno, com dignidade, que além de cidadãos são acima de tudo, pessoas humanas.

1. I N T R O D U Ç Ã O

O futuro da humanidade e a felicidade dos homens estão ameaçados pela opacidade e violência nas relações entre os indivíduos.

O " rush " cotidiano impõe formas de vida fazendo com que sobre tempo para tudo, menos para os adultos pararem e pensarem.

Este trabalho é um brado de alerta aos homens , às autoridades, aos educadores e uma mensagem de amor e paz a ser refletida.

Trata-se de pequenas grandes coisas esquecidas, como por exemplo, parar para conversar, parar para ouvir e considerar o que dizem as pessoas.

Verdades inalteráveis como BONDADE, JUSTIÇA, AMIZADE e AMOR ainda existem. Tais sentimentos estão, hoje , desacreditados por muita gente e a necessidade de ajuda mútua no mundo se afigura nos perigos da vida. No entanto, pretende o presente opúsculo fazer com que cada pessoa se negligencie cada vez menos e ofereça uma pequena parcela de amor renovando e radicando em si postulados que lhe assegurem um mundo melhor. Neste contexto, os perigos da vida, dentre eles, e em especial, a violência policial-militar será tratada profundamente.

De acordo com Seixa (1987), a violência listada no rol dos grandes fenômenos da atualidade, é fruto da omissão e até mesmo da inoperância da sociedade em que vivemos.

Buscar os verdadeiros culpados pela violência , seria perder tempo. Culpar os outros integrantes do Sistema de Defesa Social foge à ética policial-militar.

Desde o recruta ao mais alto posto, todos os policiais-militares devem conhecer suas missões e os objetivos de sua Organização.

O exercício do Poder de Polícia é discricioná -

rio, mas não arbitrário.

Os atos de violência policial-militar são contrários aos textos legais e ofensivos à dignidade humana.

Embora a violência policial-militar não seja originária da violência urbana, esta faz parte dos componentes da violência social. Elas se integram, são causas e efeitos de um sistema tradicional e defasado dos atuais momentos vividos pela sociedade e pelas Corpora - ções Policiais Militares.

A relação entre o crescimento da criminalidade violenta e o crescimento da violência policial-militar é explorada no mundo inteiro pelos órgãos de comunicações. Porém, ambas, violência Social e violência policial-mili tar são causas perniciosas de uma sociedade pertencente a todos.

Daí o motivo e a necessidade de combatê-las nas suas origens e não repudiá-las simultaneamente, com alegações recíprocas de causalidade entre elas. Para tanto, necessário se faz observar, em paralelo, as origens, causas e efeitos das violências social e policial-militar ' já estudadas, analisadas e combatidas por diversas auto-ridades, preocupadas com as suas evoluções não só no contexto nacional, mas mundial.

A preocupação maior destes trabalhos será retra tar a violência policial-militar, listar suas origens , suas causas, seus efeitos e propor medidas capazes de diminuí-las, além de mostrar o papel social da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Este trabalho é, ainda, um recado urgente aos que regem o destino deste Estado de Goiás e deste idola- trado Brasil em convulsão.

2. D E S E N V O L V I M E N T O

a. Conceito de violência

De origem latina "vis", igual força, violência sem adjetivos, significa:

1) Segundo Aurélio (1977)

Violência (Do lat.vionetia).Sf.1.Qualidade de violento. 2.Ato violento. 3.Ato de violentar. 4. Jr.Constrangimento físico ou moral; uso de força. Coação.

2) Segundo Laudelino (1976)

Violência (Lat.Violentia). Estado daquilo que é violento, a violência dos ventos, das paixões. Ato violento. Ato de violentar. Força de que se faz uso contra o direito, contra a lei. Empregar a violência. Jr.Constrangimento exercido sobre uma pessoa para obrigar a fazer ou deixar de fazer um ato qualquer. Coação.

3) De acordo com a Enciclopédia do Saber(1973)

Violência. 1.Qualidade de violento. 2.Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força. ímpeto , impetuosidade. 3.Ação violenta. 4. Opressão, tirania. 5. Intensidade. 6.Veemência. 7. Irascibilidade. 8. Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. 9. Dir.Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa, para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação.

4) De acordo com a ADESG (1981)

Violência: " Tomada única e exclusivamente sob a forma de conceito puro, a violência é o sumo grau de energia no qual a força opera com grande impulso; coação!"
 " Utilização ilegítima e ilegal da força." " Uso da força contra a regra, a lei,o direito." "Utilização voluntária da força para agredir uma pessoa ou propriedade de

terceiros, desafiando a lei e o direito ."

5) De acordo com Jorge (1980)

Violência: "Tem sempre implícita a destrutividade e a falta de respeito pelo ser agredido; enseja o constrangimento de outrem, o uso da força e da coação; é frequentemente, resultante da impulsividade irrefletida, acarretando a humilhação do ser humano, e, conseqüentemente, a degradação da humanidade."

Em seu conceito puro, a violência tem um emprego restrito. O seu uso mais frequente é a forma adjetiva. Fala-se de violência moral, violência física, violência rural, violência ecológica, violência ideológica, violência urbana, etc.. Quando se quer evidenciar o sujeito ativo ou passivo, fala-se em violência do homem, da sociedade e do Estado e da tecnologia contra o homem.

b. Os primeiros atos de violência na terra

Numa breve curva histórica, observa-se no livro de Gênesis(1,24), a origem da violência desde a criação dos seres, quando o Senhor nosso Deus determinou à terra que se produzisse alma vivente conforme a sua espécie, formando em seguida o homem, além disso, fazendo brotar da terra toda árvore agradável à vista, e boa para comida, e a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do bem e do mal, ordenando-o que de toda a árvore pudesse comer livremente, exceto daquela da ciência do bem e do mal, e que, se da qual ingerisse certamente morreria.

Fez-lhe, ainda, uma adjutora, uma companheira, para que ele não vivesse só, porém, esta ao ser tentada e enganada pela serpente, comeu do fruto da árvore proibida, dando-o, também, ao seu companheiro.

Esta desobediência resultou na expulsão do casal para fora do jardim do Éden e condenado a lavrar a terra, de onde tiraria o pão para o sustento de suas vidas.

Alegrou-se aquele casal com a concepção dos filhos Caim e Abel; porém, aconteceu, com o passar dos dias, que

o Senhor atentou mais para a oferta feita por Abel, que lhe trouxe dos primogênitos das suas ovelhas, e da sua gordura, à oferta feita por Caim que lhe trouxe do fruto da terra. Com isso, irou-se Caim fortemente, a inveja fez descair-lhe o semblante. E, apesar dos conselhos do Senhor, levantou Caim contra o seu irmão Abel e o MATOU.

Este foi o primeiro ato de violência física humana de que se tem notícia na face da terra.

Diz a própria Bíblia Sagrada que Caim, depois de cometer aquele ato de violência, reconheceu merecer a pena de morte, porque o seu pecado era muito grande para alcançar o perdão. Porém, o Senhor lhe respondeu: " Não será assim, antes, o que matar Caim será castigado sete vezes mais. E o Senhor pôs-lhe um sinal, para que não o matasse quem quer que o encontrasse." Verifica-se daí, que o próprio Caim, delinquente inicial, não mereceu a pena de morte; revelando-se, assim, a maior prova de que o Senhor nosso Deus é contra a violência.

Com a multiplicação dos homens sobre a face da terra, multiplicou-se, também, a violência, e toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era, continuamente, só maldade. Encheu-se a terra de violência.

Reprimiu-os, o Senhor, com o dilúvio.

Com o passar dos tempos, seguiu-se a corrupção geral do gênero humano.

Destruiu, o Senhor, as cidades de Sodoma e Gomorra.

Mas nem por isso, os homens deixaram de ser violentos, e na evolução das gerações, incontáveis fatos sucederam, e sempre foram reprimidos pelos poderes de DEUS.

Foram estabelecidos: O decálogo (os Dez Mandamentos), os estatutos acerca dos servos e dos homicidas; as leis acerca dos que amaldiçoam os pais ou ferem qualquer pessoa; as leis acerca da propriedade; as leis acerca da imoralidade e idolatria; as leis sobre o testemunho falso e injustiça e, também, instituídas as penas diversas.

Apesar da prevenção e da repressão através das leis e constantemente advertidos e reprimidos por Deus ,

prosseguiu o homem na sua escalada da violência, chegando ao ponto de crucificar o próprio filho unigênito do Senhor.

Guerras e mais guerras, mortes e violências, numa escalada de eliminações sumárias de tantas pessoas, chegando-se ao ponto de o mundo contemporâneo ser comparado a uma panela de pressão.

Não fugindo à regra, vive o Brasil talvez o mais delicado momento econômico e psicossocial de sua história, onde a sustentação psicológica do indivíduo parece estar por um fio, geometricamente, e consecutivamente a balada pela queda de padrões de vida, pela incerteza e pela insegurança. Fatores estes, espalhados por todos os rincões deste país, atingindo inclusive o nosso Estado de Goiás.

c. Configuração da violência social

De acordo com Amaury (1985)

Sabe-se que em decorrência da violência, o item SEGURANÇA PÚBLICA figura entre os primeiros lugares dentre as necessidades básicas exigidas pela população brasileira, só perdendo para o item ALIMENTAÇÃO, dados fornecidos por pesquisas de opinião pública realizada recentemente no Brasil

O Governo federal, sensível a esse problema, inseriu o combate à violência entre suas metas fundamentais, aparelhando os integrantes do Sistema de Defesa Social, mobilizando todos os setores da sociedade para a erradicação desse problema que, segundo palavras do próprio Presidente da República, vem "desfigurando o Brasil, corroendo no estilo de vida, ameaçando a fisionomia de uma Pátria de irmãos."

A opinião da própria sociedade é de que o governo deve adotar medidas mais eficazes, pois a criminalidade tem evoluído de maneira a preocupar o mundo e a omissão dos governantes não se justifica, vez que o povo paga pela segurança, porém, a adoção de medidas têm sido apenas

paleativas, visando controlar os efeitos e não têm alcançado o objetivo necessário, o de prevenir, coibir e mesmo eliminar tal fenômeno.

Observando-se, porém, que a grande tarefa de defesa social, de tão múltiplas facetas, não pode ficar adstrita a órgãos governamentais e a entidades e instituições a eles vinculados. Toda comunidade nacional deve participar dela, principalmente dos programas que, destinados a melhorar as condições de vida, tendem a eliminar as insatisfações que estimulam a agressividade e frustrações que aguçam ambições desordenadas e fatores de conflitos.

d. Fatores determinantes da violência social

O trabalho e a colaboração de ilustres especialistas de diversas áreas, tais como: psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, urbanistas, sociólogos, jornalistas, filósofos do direito, teatrólogos, etc., além de importantes contribuições dadas pelos juizes, promotores públicos, delegados de polícia, advogados, militares e políticos, procuram buscar os reais fatores determinantes da violência social, como origem, causas, manifestações e, por fim, atitudes a serem adotadas diante do fenômeno.

Tais colaborações e contribuições buscando as causas da evolução da violência, têm apontado dentre os principais fatores o DESEMPREGO, o SUBEMPREGO, o MENOR ABANDONADO, o ANALFABETISMO e, alguns pretensos estudos, apontam inclusive as POLÍCIAS MILITARES como um dos redutos da incompetência pública, a justificar sua estrutura militar para executar serviços de natureza estritamente civil.

e. A violência nas ações policiais-militares

Segundo o Cel PM Klinger (1984), o termo violência é entendido como : " o ato de força, a impetuosidade, o acontecimento, a brutalidade, a veemência. Embora, em princípio, a violência importe num ato de força, num ato

brutal, tornando, pois, a forma física, tanto pode ser material, como pode ser moral:

1) Violência material: resulta da agressão física, do atentado físico, ou do emprego de força necessária à submissão da pessoa. Pode ser também contra a coisa.

2) Violência Moral: caracterizada pela ameaça ou intimidação de quem detenha força ou poder, desestrutura o arcabouço psíquico da pessoa, gerando medo, humilhação, receio."

f. Configuração da violência policial-militar

Não há pois, como confundir violência legal e violência arbitrária.

1) A violência legal - caracteriza-se pelo ato de força empregada em consonância com a lei e não chega a constituir abuso, excesso ou desvio de poder. Às vezes, ela chega a ser brutal, é constrangedora e coage, mas visa ao fim maior do bem comum, preservando a ordem jurídica.

Para efetuar a prisão legal (mediante ordem de autoridade competente ou flagrante delito), conforme os Códigos de Processo Penal Militar e Comum, é admissível que o policial-militar empregue força física, sempre sem violência arbitrária ou abuso de poder, nos casos de resistência, agressão, desacato, desobediência e tentativa de fuga.

2) A violência arbitrária - é o emprego de força física fora dos casos estabelecidos pela lei, ficando o autor da violência sujeito às normas dos Códigos Penal e Penal Militar, e da Lei 4.898, que trata do abuso de autoridade.

Vez por outra, acoimados por ações mal sucedidas de alguns policiais-militares despreparados, agressivos, prepotentes, arbitrários ou mal humorados (dos quais infelizmente não se pode ficar livres), que com suas ações deletérias "conduzem todo o rebanho a perder", não

importando o esforço anterior da Organização, todos os serviços prestados, as vidas sacrificadas, as vitórias colhidas e as realizações em prol do bem comum.

Esses acontecimentos poucos, felizmente, na Corporação goiana, entretanto, vão formando uma opinião pública desfavorável nas várias camadas da sociedade.

g. Alguns atos de violência policial-militar

1) Ameaça de morte de PM a superior hierárquico

Por volta de 18h40min do dia 14 de novembro de 1987, o Ex Sd PM RG 13.487 JOSÉ PEREIRA FILHO, pertencente ao 1º BPM, chegou nesta Unidade, totalmente embriagado, para tirar o serviço de motorista do CPU. O 2º Ten PM Of CPU, após ouvi-lo, tentou colocá-lo no xadrez, mas o referido policial militar incontinentemente sacou de um revólver da PMGO que portava e passou a lhe ameaçar de morte. Ato contínuo, o Sd Pereira, não se contendo, retirou da cintura outro revólver de uso particular e com essas duas armas de fogo continuou a fazer ameaças ao Oficial CPU. Depois de dirigir várias ofensas e ameaças de morte ao Ten PM, o Soldado Pereira entregou o revólver da PMGO a um outro soldado que estava por perto, e em seguida, desacatando ordens do Oficial, ausentou-se da Unidade.

O fato aconteceu na presença de vários policiais-militares, inclusive outros oficiais, quando o 2º Ten PM CPU fazia a chamada para o serviço do período noturno.

2) Praça do racha - Policial Militar mata manifestante.

O Sd PM JERRY ADRIANI ALVES DA SILVA, do 1º BPM, se encontrava de serviço na Praça Washington no Jardim Novo Mundo, nesta capital, para juntamente com outros PM coibirem os "rachas" que ali se realizavam nos fins de semana. Por volta das 19h30min, daquele dia, deteve uma pessoa com a explicação de que a mesma estava atirando pedras no policiamento. Ao conduzir o detido, jun-

tamente com outro PM, este veio tentar uma reação para se ver solto, na tentativa de contê-lo, o Sd PM Jerry Adriani bateu com o revólver na cabeça do detido, momento em que a arma disparou indo o projétil alojar-se no crânio do conduzido, que após receber cuidados médicos, veio a falecer. O fato foi amplamente divulgado com sensacionalismo pela imprensa da capital.

h. Origem da violência policial-militar

Segundo o urbanista Jorge (1980), os motivos geradores da violência estão em nós mesmos e na sociedade que é nossa.

A assistente social Nadir (1980), ao falar sobre a violência, disse que esta não é compreendida somente como atos delituosos e sim como condições de vida atentatória da dignidade do povo e de seus direitos fundamentais.

O fenômeno da violência atinge e afeta a todos, abrangendo desde o aumento da delinquência, aos enlatados da televisão, à agressividade nas relações, ao próprio ritmo acelerado das mudanças, à insegurança, à agressão, à repressão, à tortura.

Nas cidades, os cidadãos têm medo não só dos próprios cidadãos, como também, da polícia, em virtude dos frequentes exemplos de truculência e arbítrio, assim, como também, têm medo os próprios policiais: a maioria soldados de origem humilde que, por um salário baixo, arriscam suas vidas, sua integridade, sua segurança ao conviverem "com o crime organizado".

De acordo com Seixas (1987), ao analisar o desenvolvimento social brasileiro, observa-se nitidamente que a violência policial-militar tem três parâmetros bastante visíveis: a princípio, as Polícias Militares foram instituídas para disciplinar as relações sociais entre as pessoas nas cidades e, durante um longo período, passaram a ser confundidas com a própria administração daquelas localidades. **AO assumir** as responsabilidades da

administração, no tocante à elaboração das normas e suas conseqüentes aplicações policiais; por delegações de competência dos governantes, passaram a se impor, algumas vezes, arbitrariamente, extrapolando os limites das leis. A polícia representava a força e o poder. Tal situação, perdurou até 31 de março de 1964, período este, que competia à Polícia civil (forças públicas e guardas civis), o exercício do policiamento ostensivo, ficando a Polícia Militar como força auxiliar, reserva do Exército brasileiro, aquartelada, pronta para agir como participante do Sistema de Defesa Interna e de Defesa Territorial, obedecendo o disposto na Constituição Federal. Porém, tal aquartelamento das Polícias Militares ocorria apenas nas metrópolis e capitais brasileiras, visto que no interior dos Estados-membros, era a Polícia Militar que executava os serviços de polícia administrativa e de polícia judiciária, isto porque os delegados de polícia eram, quase sempre Oficiais das Polícias Militares; os escrivães, um graduado, e, na rua, existiam os policiais militares atuando preventivamente e repressivamente. Prevaleram, naquela época, alguns atos de violências policiais, praticados pelos componentes das Polícias Militares e Polícias Civis, atuando contra criminosos, prostitutas, vendedores ambulantes, menores e contra grupos minoritários e mal integrados socialmente.

No período compreendido entre 1964 e 1979, a violência policial fora exercida diretamente contra sequestradores e criminosos contestadores do regime e executada por integrantes das Forças Armadas, auxiliadas por policiais-militares e civis. Imperou, naquela época, também, a violência do chamado "esquadrão da morte". Firmou-se uma tradição que, por culpa de poucos, ainda perdura, na atualidade para muitos.

De 1979 até aos dias atuais, na imprensa falada, escrita e televisada, com ampla liberdade de divulgação dos fatos, há uma tendência exagerada em se propalar os casos em que a violência se faça presente. Não há direcionamento específico de violência policial, mas, sim, casos isolados de policiais-militares que nas suas ações

acabam excedendo os limites da lei e se comportam contra_{riamente} às ordens recebidas.

Por estes fatos, não é raro que policiais-militares sejam acusados até mesmo como causa de nova questão criminal da violência urbana que ultimamente tem assumido contornos preocupantes.

No combate à violência, no contato direto com a criminalidade diuturnamente, é natural que ações sejam desenvolvidas nesse "corpo a corpo" e daí surjam fatos tipificados como crimes nas leis penais.

A maioria dos delitos que se verificam nestas circunstâncias são previstos no Código Penal Militar (C P M), aplicável aos integrantes das Polícias Militares, cujo julgamento, nos casos de crimes desta natureza, se dará perante a Justiça Militar do Estado.

Vale ressaltar sempre, que os poucos casos de violência policial são frutos de policiais-militares mal preparados, desequilibrados psiquicamente, fatores esses que merecem sempre o repúdio dos Comandantes, com as consequentes medidas corretivas de imediato, quase sempre culminando com a exclusão do policial militar violento, para não conspurcar os honrados da Corporação.

Entretanto, há de se convir, que existe o problema da violência policial-militar, e que, esta violência é um dos componentes da violência urbana, que é também, um dos componentes da violência social.

Ambas, violência policial-militar e violência dos delinquentes, são causas perniciosas pertencentes a esta sociedade brasileira e devem ser combatidas nas suas origens e não simplesmente repudiadas.

Assim, esclarece-se aos policiais militares, para que ao executarem suas missões, tudo devem fazer para que o exercício de sua função não o tipifique como ponto de desequilíbrio por arbitrariedade e má condução de seus trabalhos.

i. Causas da violência policial-militar

Jamais será possível detectar exatamente as causas que levam os policiais-militares a se excederem dos limites de seus deveres.

De acordo com o Cap PM Seixas(1987), em pesquisa de opinião pública realizada em algumas Unidades Operacionais da Corporação Mineira, ao entrevistar alguns policiais-militares que cometeram atos de violência, de parou com diversas causas.

Para um entrevistado, situação financeira estável, a causa alegada foi a deficiência do Sistema Judiciário, pois, pela terceira vez, tinha prendido o delinquente que, de imediato, era posto na rua e tornava a delinquir. Um outro policial-militar, com físico avantajado, alegou que usou de violência por não acreditar na recuperação do delinquente. Outro entrevistado, alegou ser daqueles policiais-militares considerados machos e a violência é sua constância, ainda mais que tem a proteção de seus superiores hierárquicos.

Após ouvi-los, o pesquisador chegou à conclusão de que as causas eram as mais diversas e era impossível priorizá-las, pois, dependia muito mais da individualidade biológica de cada policial-militar e do meio ambiente que os cercava. Pois, cada um tinha justificativas próprias, desde a alegação de que não se podia trabalhar direito na atualidade, até a de que a violência gera respeito aos infratores da lei.

Em conversa com outros policiais-militares, o resultado permaneceu o mesmo.

Para completar este trabalho, foram indagados na Polícia Militar do Estado de Goiás, vários policiais-militares, entre soldados infratores, alunos dos diversos cursos, inclusive alguns recém-incluídos na Corporação, graduados, Oficiais e professores da Academia de Polícia Militar e a conclusão fora idêntica a obtida pelo pesquisador da Corporação mineira.

Atos de violência, tais como arbitrariedades , truculências, abuso de poder, desacatos, ameaças, insubordinação e outros, estão ocorrendo frequentemente, configurando crimes previstos no Código Penal Militar e Comum, além de cometimento de transgressões disciplinares previstas no Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Goiás, (RDPMEGO), em decorrência de violações dos princípios da ética, dos deveres e das obrigações policiais-militares, na sua manifestação elementar e simples.

Alguns estudiosos do fenômeno da violência apontam como causas das atitudes anti-sociais dos policiais-militares a diversos fatores, tais como: geo-sócio-econômicos e da deficiência organizacional.

1) Influência de fatores geográficos

Existem locais de acesso fácil, permitindo a migração constante, favorecendo aos migrantes melhores perspectivas de vida, e se transformam rapidamente, graças à explosão demográfica.

A atração geográfica gera transtornos os mais diversos possíveis, causando ao meio ambiente e à sociedade, problemas de natureza irreversíveis.

A Polícia Militar do Estado de Goiás enfrenta sérias dificuldades na Região periférica de Brasília, (DF) onde a explosão demográfica vem gerando influência em outros fatores, tais como: econômico, psicossocial, social e político.

Os policiais-militares recrutados naquela região, apresentam diversos desvios de personalidade, com várias influências negativas e apresentando atitudes anti-sociais.

2) Influência de fatores sócio-econômicos

a) Mão-de-obra deficiente

Os policiais-militares são, na sua maioria, pessoas que foram mal sucedidas em outras profissões.

es ou são pessoas humildes da zona rural ou são pessoas portadoras de vícios diversos e com condições físicas e mentais deficientes, provenientes das regiões periféricas dos centros urbanos.

Espelham o despreparo e não há como mudá-los, não obstante uma instrução adequada, pois são fracos na própria estrutura. Assim, o elemento que entra para a Polícia Militar para ser soldado, é quase sempre rude, bronco e destituído de um bom embasamento cultural, intelectual e emocional.

b) A violência urbana

Vive-se uma época em que os crimes são cada vez mais violentos, são praticados, na sua maioria, por grupos organizados, o policial-militar desacreditando nos sistemas de defesa social, começa a fazer justiça com as próprias mãos. É uma anomalia de personalidade. Os policiais-militares que assistem vítimas indefesas sucumbirem pelas mãos dos delinquentes, não suportam, se não tiverem uma sólida personalidade, passam a se achar no direito de ser o defensor de todos.

Assumem então, os papéis de justiceiros, juizes e executam todos aqueles que, ao seu modo, são merecedores.

c) Desvirtuamento da imagem de Polícia Militar.

Houve época em que as Polícias Militares, eram utilizadas como força dos governadores e sua atuação pautava quase sempre pela violência. As classes menos favorecidas sofriam horrores, pois haviam excessos de toda natureza. Infelizmente, tal imagem perdura e muitos cidadãos pensam ser a Polícia Militar composta só de homens violentos.

Assim, muitos jovens ingressam na Corporação, trazendo consigo o preconceito de que para ser policial-militar é necessário ser violento.

d) Baixos vencimentos

Na atual sociedade de consumo, o poder aquisitivo do homem reflete em todos os demais setores e segmentos da vida, principalmente do policial-militar, em consequência, baixos vencimentos, geram influências negativas, desencadeando desajustes profissionais e familiares.

e) Desajustes familiares

É sabido que os problemas no seio da família refletem negativamente na vida profissional daqueles que não possuem forte estrutura emocional.

Um homem, quando contrariado, impõe-se, por exemplo, à esposa, sujeitando-a a agravos físicos. Uma mulher apresenta incontidos impulsos, submetendo seus filhos a inúmeras surras.

Faz-se observar que desajustes crônicos, familiares, podem modular o comportamento agressivo, estereotipado, desenvolvendo no homem grandes dificuldades para tolerar frustrações e o surgimento de explosões agressivas ou mesmo de comportamentos cronicamente agressivos e anti-sociais.

f) Condições de lazer

Esses desequilíbrios na organização social, aliados aos baixos salários e à deficiente estrutura dos órgãos de lazer dos integrantes da Corporação, além da inexistência de instalações físicas para uma associação dos policiais-militares, deixam os familiares e o homem restritos às oportunidades de lazer e diversão.

Não tendo onde estravar seus problemas, os policiais-militares buscam involuntariamente agir por meio de tendências destrutivas, uma tendência de eliminação do outro social.

Muitos partem para o vício da bebida alcoólica.

g) Alimentação

O fornecimento de deficiente alimentação nos quartéis é incontestável motivo para insatisfação no seio da tropa.

Por outro lado, os baixos salários provocam má assistência à família, principalmente com referência ao item alimentação, fator que leva os descendentes dos policiais-militares à subnutrição, conseqüentemente, às doenças físicas e mentais, acarretando um desenvolvimento individual deficiente e denegrido.

Os policiais-militares deixam seus lares, vão para os locais de trabalho e lá começam a pensar que seus filhos ficaram em casa sem leite, sem pão, sem dinheiro, sem roupa, sem calçados, sem alimentação adequada, isso sem contar com os riscos de uma necessidade urgente de medicamento, muitos caem no desespero, uns choram, outros se calam, mas há os que explodem, e seu comportamento torna-se agressivo, e muitas vezes incompreendido pelos superiores hierárquicos, cometem transgressões disciplinares, infrações penais e outros até suicidam.

h) Moradia

Moradia é outro fator básico para a segurança e tranquilidade do policial-militar no desempenho de suas atividades profissionais.

Verifica-se que após a ocupação total do Conjunto habitacional Parque Atheneu, reiniciam-se as preocupações atinentes a este setor.

Por outro lado, estão de volta os baixos salários, os quais não permitem, além de uma boa alimentação, o pagamento de aluguel em local mais condigno. O fato de morar em locais de povoação coletiva traz transtornos sociais na vida do homem e da família, gerando constantes atritos familiares.

i) Uso imoderado de bebidas alcoólicas

O álcool coloca problemas muito mais importantes do que a droga na sociedade de hoje, pois está frequentemente ligado à manifestação e à expansão do comportamento violento.

O álcool acarreta problemas generalizados nos policiais-militares, transformando-os num mau profissional, num mau esposo, num mau pai de família.

3) Influência de fatores organizacionais

O desempenho das funções policiais-militares impõe como condição essencial, o completo conhecimento das missões, que tem origem no prévio preparo técnico profissional; nas atitudes, compondo desde a apresentação pessoal até às atitudes impessoais.

Está claro que quase toda a atividade dos policiais-militares na sociedade atual está centralizada em serviços interpessoais. Na realidade, calcula-se que por volta de 90% de seu tempo de trabalho pode incluir, em tais funções. Apesar disso, pouca coisa na formação do policial-militar visa prepará-lo para fazer tais serviços com habilidade e compreensão.

a) Formação Profissional

De um modo geral, os programas de formação da Polícia Militar do Estado de Goiás e as estruturas de Organização policial se baseiam em suposições discutíveis a respeito do mundo de hoje.

Persistir na formação de policiais-militares para papéis que já não são viáveis é contribuir ainda mais para a inquietação social e para estimular a violência iatrogênica.

(1) Deficiência de mão-de-obra

Em decorrência da estrutura géo-sócio

econômica do Estado de Goiás, as áreas de recrutamento são limitadas, ficando restritas às escolas de 1º e 2º graus, aos jovens filhos de policiais-militares, aos ex-soldados do Exército, e outras poucas áreas.

Em virtude dos fatores estruturais mencionados no item anterior, os candidatos que se apresentam voluntariamente, espelham despreparos físicos, culturais, intelectuais, psíquicos e sociais.

(2) Seleção deficiente

Para uma área deficiente, surge um universo de recrutamento também deficiente, pois os candidatos que se apresentam são portadores de vícios sociais, deficiência física e cultural, etc. A partir daí, a seleção repousa em testes intelectuais e psicotécnicos, com pouco grau de dificuldade, pois, exigindo-se mais, a Corporação estará sujeita a não preencher as vagas existentes.

(3) Nível de escolaridade para matrícula nos cursos.

Face a deficiência do ensino no País, há necessidade de se exigir um grau de escolaridade cada vez mais elevado, para suprir essas deficiências.

Diante da atual realidade do ensino, não há como deixar de exigir o primeiro grau completo para o Curso de Formação de Soldados (CFSd).

(4) Formação policial-militar inadequada

O Curso de Formação de Soldado (CFSd), atualmente, é de curta duração - 6 meses.

Os intrutores (Oficiais), praticamente não atuam, pois, os que mais orientam os alunos são os monitores (Sargentos), na sua maioria despreparados.

Há falta de recursos materiais para a

instrução, tornando-a quase sempre feita através de aulas expositivas, oralmente e divorciadas da realidade profissional de todos os anseios da comunidade.

O resultado é um produto policial-militar, desqualificado para a função.

A formação, ao invés de ser prioritária, passa a ser secundária e o resultado final é sempre o mau profissional.

(5) Investigação social para inclusão na Corporação.

É sabido que pela falta de recursos humanos e materiais, as pesquisas sociais têm sido feitas de forma superficiais, não atingindo totalmente seus objetivos. Deve-se aprofundar na investigação social, sobre a violência em geral e sobre determinadas formas específicas de comportamento agressivo do candidato. São determinantes apontadas por pesquisas científicas sobre a violência, que os comportamentos agressivos são de natureza social, isto é, a agressão humana decorre primariamente de palavras, ações, presença e até aparência de outras pessoas. O que torna indispensável para a Corporação uma adequada, eficiente e eficaz investigação social, antes da inclusão do candidato.

(6) Regularidade na instrução de reciclagem, bem como a obrigatoriedade de frequência.

Verifica-se que nem sempre ~~Oficiais~~ com cursos de especialização, ou longa vivência em determinada área, são nela aproveitados como instrutores. O ensino é uma atividade dinâmica, devendo acompanhar as mudanças e evoluções sociais e tecnológicas, se colocando, assim, em condições de bem preparar o homem para desempenhar, eficazmente, suas funções. Porém, a aprendizagem do policial-militar não cessa com a conclusão do curso

de formação, devendo este, frequentar as instruções de reciclagem, visando o seu aprimoramento. Sua participação obrigatória nas instruções só irão enriquecer seus conhecimentos.

b) Impunidade dos violentos

As soluções humanistas, dizem as pessoas, são utópicas e servem de estímulo à violência e à impunidade.

Ao primeiro ato ou sinal de violência policial-militar, deverá o homem, ser alvo de observações e recomendações e, ao cometimento do próximo ato de violência, terá ele que ser punido com rigor, pois se o responsável pela apuração distorce a verdade para proteger o faltoso, amanhã, em outro momento, este voltará a reincidir.

Assim, evitar-se-á futuros atos de violência.

A impunidade dos crimes praticados pelos policiais-militares em função de policiamento ostensivo, gera uma maior dose de arbítrio policial e estará contribuindo para aumentar a escalada da violência social, criando um clima de intranquilidade e insegurança para o cidadão comum e um problema para a Corporação.

c) Deficiência de recursos materiais

A deficiência de recursos materiais, torna o policial-militar insatisfeito, prejudica a operacionalidade e a eficácia na execução dos serviços policiais, criando situações conflitantes que muitas vezes geram violência.

A ausência de material adequado frustra o policial-militar e cria nele o espírito de rebeldia. Ao contrário, a existência de recursos eficientes dá força e ajuda nas soluções dos problemas enfrentados pelos policiais no dia-a-dia, desenvolvendo suas missões de pre-

venir, reprimir e combater o crime.

- d) Distribuição adequada das escalas de serviços.

Embora viva a Corporação um momento em que o efetivo tem sido insuficiente para a demanda de serviços, não é boa política, sobrecarregar o homem com pesadas escalas de serviços, em detrimento de sua folga.

- e) Fortalecimento da disciplina

Ao sinal do primeiro ato de desobediência às leis e regulamentos, terá o policial-militar que ser punido com rigor.

Apurar criteriosamente a falta cometida, é ser justo, honesto, coerente e racional. É desestimar atos contrários às normas regulamentares e legais.

- f) Assistência social

Observa-se deficiência nos vários setores assistenciais da Corporação, principalmente, nos considerados de vital importância para o ser humano, como: médico-hospitalar, o odontológico e o jurídico.

- g) Atuação do setor de orientação e acompanhamento psicológico

Embora existente no organograma da Diretoria de Pessoal, uma seção especializada nesta área, sabe-se que por falta de recursos humanos, não apresenta condições de apoiar todas as unidades da Corporação.

- h) Conscientização profissional

Vê-se que grande parte dos integrantes da Corporação, ainda não se conscientizaram da importância de seu papel na comunidade, como responsáveis pela segurança e manutenção da ordem pública, da incolumidade do

do cidadão e do patrimônio.

i) Apoio ao serviço operacional

Observa-se certa insegurança do policial-militar no desempenho de atividades operacionais, em razão de ingerências políticas e de explorações sensacionalistas de ocorrências policiais pelos órgãos da imprensa.

4) Influências de fatores bio-psíquico- sócio - culturais

Os homens se matam por alguns motivos, tais como: amor, ciúme, fome, tóxico, álcool, etc. Estes fatos se repetem a todo instante.

Essas situações servem de base para mostrar que os homens têm comportamentos mais ou menos destrutivos e estes envolvem as pessoas, os lares, cidades, nações e têm diferentes composições.

Ao abordar a formação da personalidade, não se pode abandonar de forma alguma o aspecto biológico, o aspecto social, o aspecto psíquico e o aspecto cultural, os quais exercem influências complexas variáveis em modalidades e graus diferentes, segundo circunstâncias diferentes de pessoas e coisas, de tempo e lugar. A exemplo, o alcoolismo ou outra qualquer toxicomania, não são em si doenças, são hábitos cujo excesso na quantidade e duração podem levar a estados patológicos e a partir daí a um delito ou crime.

Os policiais-militares, para exercitarem a sua profissão, apesar de mal remunerados, mas altamente qualificados, devem passar por uma criteriosa seleção e uma substancial e longa formação.

Os policiais-militares têm que ler bastante, estudar praticar e internalizar as regras técnicas de sua profissão.

Não há outra alternativa, senão melhorar cada vez mais o serviço que se presta à comunidade. E isto só será possível através da profissionalização consciente dos integrantes da Corporação. Para tanto, necessário se faz, observar as condições biológicas, psíquicas, sociais e culturais dos seus integrantes.

Assim, todo o componente da Corporação precisa sentir-se inteirado dos problemas que afetam a segurança pública, bem como, nenhum policial-militar pode desobrigar-se de pensar, de participar, de sugerir, de aperfeiçoar-se a si mesmo, todo o tempo em qualquer lugar.

5) Influências políticas

A violência tem mostrado que os homens se matam e se agridem também por suas convicções religiosas, filosóficas e políticas. Significa dizer que os policiais-militares poderão voluntária ou involuntariamente, influenciados por ideologias políticas inescrupulosas, participarem de atos de violência, sob a forma de terrorismo, genocídio ou opressão, negando todos os princípios humanísticos, legais e regulamentares.

A democracia pressupõe o respeito fundamental à pessoa humana. Não obstante, existem políticos "democráticos" solicitando favores inescrupulosos aos policiais-militares, com o intuito de vinganças político-partidárias contra seus opositores.

6) Influência de fatores legais.

Segundo a Bíblia, "o fim da lei é a obediência." (Deut - 6)

a) O poder de polícia

De acordo com Caetano(1977), um dos importantes capítulos do Direito Administrativo é o do Poder

de Polícia. Como se sabe, o Poder de Polícia, em qualquer parte do mundo, implica, necessariamente, em um sistema de restrições, que limita a liberdade individual.

Esta limitação tem como objetivo jurídico a garantia da convivência pacífica de todos os cidadãos, de tal modo que o exercício dos direitos de um cidadão não transforme em abuso e não ofenda, não impeça, não perturbe o exercício dos direitos alheios. Assim, o direito de cada um cessa onde começa o direito do outro.

Nos dizeres de Cretella(1972), o Poder de Polícia é uma potencialidade e a polícia é uma realidade, é algo em ato, legitimada por aquele, do qual é a própria razão do ser. Assim, é que, no regular exercício do Poder de Polícia que lhe é inerente, a Polícia Militar ajuda na promoção do bem comum, cuidando preventivamente de todas as classes de seres humanos, fazendo com que eles observem as leis da justiça.

Sustenta Gordillo(1963), que através do Poder de Polícia, e assim a Polícia Militar, faz promover o bem comum.

Infelizmente, em países onde tradicionalmente falta a educação cívica, muita gente confunde liberdade com amizade, licença ou arbítrio.

Numa sociedade onde cada um pode fazer tudo do quanto deseja, sem pensar nos direitos, nos interesses, nas necessidades dos outros, não há liberdade, porque os mais fortes, os menos escrupulosos, os mais poderosos oprimirão os que lhes possam resistir.

Porém, o Poder de Polícia é exercido através da Polícia Administrativa(Polícia Militar) e da Polícia Judiciária(Polícia Civil). A primeira é regida pelas normas do Direito Administrativo, a segunda é regida pelas normas do Direito Processual Penal. Mas, essa dicotomia não impede o exercício pleno das atividades preventivas ou repressivas dessa ou daquela polícia.

Não será a qualificação do órgão policial -militar ou civil, que implicará, necessariamente, no

exercício da atividade preventiva ou repressiva. Como também, não será o título universitário do agente policial (como tal considerado todo aquele que é policial, civil ou militar), que qualificará a atividade policial desenvolvida.

O que qualificará em preventiva ou repressiva, será sempre a atividade policial desenvolvida em si mesma, podendo um ou outro órgão ser eclético, porque agindo preventivamente, automaticamente, diante da eclosão do ilícito penal, passa a agir repressivamente.

Nos dizeres de Mazagão (1974), a Polícia Administrativa (Militar) que exerce a atividade policial-preventiva, é multiforme e inúmeros são os meios de que se lança mão para bem exercê-la, não se lhe podendo traçar, antecipadamente, o quadro específico.

Na verdade, para prevenir eficazmente a prática de crimes, ela tem de recorrer a meios às vezes imprevisíveis, que se aponham com extrema mobilidade e sensibilidade aos expedientes cogitados pelos meliantes.

Sendo que a atividade policial-militar é simplesmente discricionária (atributo do Poder de Polícia, o discricionarismo - que não se confunde com a arbitrariedade), podem ser indicados os seus limites negativos, que consistem nos direitos que ela deve respeitar.

Do exposto, sabe-se que a Polícia Militar pode fazer tudo quanto se torne útil sua missão, desde que, com isso, não viole direito de quem quer que seja.

É admissível que o policial-militar empregue força física, sempre sem violência arbitrária ou abuso de poder, para efetuar a prisão legal (a prisão mediante ordem da autoridade competente ou flagrante delito), conforme os Códigos de Processo Penal Militar e Comum, nos casos de resistência, agressão, desacato, desobediência e tentativa de fuga.

Os direitos que principalmente confinam a atividade da Polícia Militar, são aqueles que, por sua excepcional importância, são declarados na própria Constituição Federal do Brasil.

Em ocorrendo abusos, atos de violência , por parte do policial-militar, de imediato, o seu superior hierárquico deverá coibi-lo no plano administrativo .

Extrapolando as providências administrativas, caberá, então, ao Poder Judiciário proceder ao controle respectivo, na forma que dispuser a legislação pertinente. Ficando o autor da violência arbitrária sujeito às normas do Código Penal Militar e da Lei 4.898, de 09 de dezembro de 1965, que trata de abuso de autoridade.

b) A violência arbitrária

Apesar dos esforços administrativos, visando a profissionalização dos componentes da Organização, forçoso é de se reconhecer que, no bojo do conjunto de ações operacionais eficazes, ainda sobram resíduos ' de violência indesejável e desnecessária.

A comunidade quer, a comunidade necessita e deseja a presença policial-militar que lhe vai proporcionar tranquilidade , sensação de segurança. No entanto, esta mesma comunidade não tolera a polícia que não sabe trabalhar, a polícia arrogante, prepotente e arbitrária.

Algumas intervenções policiais-militares, em ocorrências rotineiras como vias de fato, embriaguez, rixa, vadiagem, armas, etc., que deveriam primar-se pela observância da lei e respeito à dignidade humana por parte dos policiais-militares, não raras vezes desandam em tapas, socos, chutes, ou cassetetadas nas pessoas envolvidas.

No afloramento de um ilícito penal, seja crime ou contravenção, está havendo uma ruptura da ordem pública. O papel do policial-militar, nesta circunstância, é bem claro e definido. Ele interfere na qualidade de agente da lei, do homem que vai restaurar o equilíbrio. Sua atuação deverá constituir-se num primor de obediência a própria lei da qual é o agente. Assim, haverá de encaminhar o caso com serenidade, aconselhar e/ou orientar, se for o caso, ou prender em flagrante delito, mas

sem qualquer violência.

A Organização Policial Militar, cujos componentes perdem a compostura e o equilíbrio emocional diante de qualquer ocorrência, cujos membros só sabem atuar de forma atrabiliária, violenta e prepotente, torna-se temida e repudiada pela comunidade. Estará então, dada à extinção porque não sabe cumprir seu papel.

Procedimentos degenerativos como a deseducação, a descortesia, agressões como beliscões, tapas, socos e ponta-pés em indefesos cidadãos, não podem de forma alguma persistir numa organização policial-militar.

j. Atitudes diante da violência policial-militar

Para sanar o problema da violência policial-militar é necessário, antes de tudo, reverter os poucos policiais-militares violentos em policiais-militares exemplares, respeitosos e tranquilizadores da sociedade, tão carente de segurança.

Conscientizá-los de que é bom ser policial-militar. Que o trabalho é uma das funções mais dignas e gratificantes que o homem pode exercer, não pela sua remuneração em si, mas pela convivência com a comunidade, por ela proporcionada.

De acordo com o Cap PM Seixas(1987), algumas atitudes adotadas podem favorecer ao desenvolvimento da Corporação policial-militar, contribuindo com a profissionalização do homem e evitando-se procedimentos anti-sociais, tais como:

1) Mudar a imagem distorcida que muitas pessoas têm da Polícia Militar.

Apesar dos atos de violência praticados pelos integrantes da Corporação, não significa que os Comandantes e Chefes aprovam tais atitudes hostis, razão pela qual as medidas corretivas são impostas de imediato,

contra os policiais-militares violentos, aos quais são aplicadas punições e exclusões disciplinares e penalizações através da Justiça Militar Estadual.

2) Valorizar a mão-de-obra

O policial-militar é um eterno injustiçado. A ele cabe o maior ônus para o cumprimento das missões de manutenção da ordem pública. Enfrenta condições adversas. O regime de trabalho policial-militar é árduo, os horários são rígidos e a tensão é permanente, mesmo nos raros momentos de folga.

Comparado com outros profissionais do serviço público, o policial-militar pode ser considerado um herói anônimo.

Necessário se faz elevar o nível de motivação, apoiá-lo, ouvi-lo, pois, caso contrário, ter-se-á nele um alienado e um revoltado, agindo contrário aos interesses coletivos.

A preocupação maior da Corporação deverá ser com o seu recurso humano, principalmente o homem, tratando-o como pessoa humana, respeitando sua individualidade, sua dignidade e principalmente, respeitando suas limitações. Deve-se observar que todos são importantes e que pode estar na cabeça de um recruta a chave para a solução de um problema crucial do Comandante.

3) Seleção cuidadosa dos candidatos a inclusão

Sendo o próprio universo de recrutamento limitado, necessário se faz o total engajamento dos componentes da Corporação na busca de candidatos, a fim de possibilitar condições de aplicação de exames de seleção mais eficientes, redundando num selecionamento mais eficiente, com melhores candidatos, tanto em condições físicas como mentais e intelectuais. Tal fator favorecerá na formação dos policiais-militares, tornando-os mais aptos

para desempenharem suas funções junto à sociedade.

- 4) Formação policial-militar criteriosa e instrução de reciclagem obrigatória.

Este é o ponto chave do problema organizacional. É a prioridade número um de uma Corporação. O ensino e a instrução estão embutidos na educação e o investimento nela traz retornos vantajosos.

O ensino é uma atividade dinâmica, devendo acompanhar as mudanças e evoluções sociais e tecnológicas, colocando-se assim, em condições de bem preparar o homem para desempenhar eficazmente suas funções.

A Polícia Militar é uma organização privilegiada, pois seleciona, forma, aperfeiçoa e especializa seu próprio pessoal, podendo, assim, controlar a qualidade do ensino, responsável pela formação do pessoal de seus quadros.

A partir de adequada formação, as instruções se processam ao longo da vida policial-militar, com intuito cada vez mais nobre, de orientar e corrigir as distorções.

O campo de atuação do policial-militar é amplo e de atividades variadas, o que exige um conhecimento vasto. É utópico pensar no homem eclético, totalmente preparado para qualquer atividade policial-militar, assim como dar-lhe uma formação que o coloque nesta condição.

O ensino deve respeitar as tendências, aptidões e limitações do homem e ser direcionado para dar-lhe uma formação básica e posterior complementação, dentro de especialidades e ou atividades de policiamentos específicos.

A formação policial-militar deve preparar o homem para a obediência às leis e regulamentos, para a fidelidade ao trabalho e para a integração na comunidade.

Por mais abrangente e longo que seja o cur-

so frequentado pelo policial-militar, situações hão de surgir no dia-a-dia, que o ensino não tenha abordado. A aprendizagem do homem não cessa com a conclusão do curso; ela é um processo contínuo no exercício da profissão. Assim sendo, conclui-se que os cursos policiais-militares, devem contar com alunos bem selecionados e serem estruturados com um currículo básico, voltado para a realidade profissional e uma carga horária mínima para atender esta condição. Além do mais, deve-se diminuir a tensão e buscar a disciplina consciente.

As aulas dos cursos de formações e aperfeiçoamentos não devem se prender no inoperante leguleio das meras abstrações doutrinárias, mas sim justificadas, enobrecidas, motivadas na apresentação de casos concretos. A formação policial-militar, sem dúvida, encontra-se menos em conceitos e doutrinas do que na cotidiana observação dos fatos.

Tal formação necessita menos da doutrinação militar, de pressões e tensões do que de conscientização mormente conscientização social.

O policial-militar debruça sobre o agitado cenário da vida, a captar os fatos em sua flagrância, na sua íntegra realidade, no seu verdadeiro sentido social e humano, onde ecoa o rumor das ruas, o vazio da multidão, o estrépito da vida, o fragor do mundo, o bramido da tragédia humana, o desalento da juventude buscando nos tóxicos e entorpecentes os seus devaneios.

Cada dia de trabalho neste cenário equivale a uma infinidade de aulas teóricas.

Os policiais-militares devem ser formados e instruídos para trabalhar fora dos quartéis, no meio da comunidade. A sociedade espera do policial-militar um atendimento eficaz, cordial, amigo e leal, motivo pelo qual tornam-se imprescindíveis as mudanças curriculares, dosando a educação de acordo com as necessidades da sociedade, observando-se o que é imprescindível e o que é dispensável, dosando ainda, equitativamente o rol de matérias visando formar adequadamente os guardiões social.

5) Erradicação da violência urbana

Um dos principais problemas da humanidade é a insegurança, pois o clamor por segurança é a tônica do cotidiano. Há violência não só no meio dos pobres, como também há em ambientes ricos.

A sociedade, conjunto de pessoas, já não é tão só paciente de defesa social; cada pessoa deve ser, tanto quanto e como lhe é possível, agente do bem.

A organização das Nações Unidas (ONU) vem preconizando a forma de prevenção indireta, cujas atividades e medidas são planejadas e executadas para melhorar as condições de vida da humanidade. Mas esta luta não é só dos agentes dos Sistemas de Segurança, é luta de todos em benefício da própria sociedade e da sobrevivência do homem na terra.

6) Apuração criteriosa e punições rigorosas para as transgressões e infrações cometidas.

Como prevenção geral, a punição deve ser direta em relação aos delitos (crimes ou contravenções), e transgressões disciplinares cometidas, a cujos autores a pena deve ser oportuna, adequadamente aplicada e bem executada.

Essa forma de prevenção se opera pela força inibidora do direito e do Regulamento, na advertência exercida pela cominação da pena e, principalmente, na exemplariedade da sua aplicação e da sua execução.

Eliminando-se, também, o paternalismo nas apurações dos fatos, evitando-se proteger os policiais militares violentos, para não ser taxado conivente com a injustiça e conseqüentemente negado o princípio que dispõe no compromisso assumido pelo policial-militar, jurando zelar pela segurança da comunidade.

Apurar criteriosamente e aplicar a punibilidade adequada, desestimula o grande mau da violência,

que torna a Organização Policial Militar desacreditada e inconfiável por parte da população.

7) Destinação de maiores recursos econômicos e materiais para as Polícias Militares

Conforme se tem notícia, todos os países estão empenhados na luta contra o crime e no controle da criminalidade.

O que tem sido feito em matéria de defesa social não tem sido inútil. Mal se pode imaginar o que estaria acontecendo no mundo, não fossem tais esforços.

As Polícias Militares, relegadas a último plano em termos de apoio por parte dos governantes, continuam na luta contra a violência, porém, estão mal aparelhadas, deficientes em termos de recursos de toda ordem, não possuem condições de obstacular as oportunidades e vontades dos delinqüentes. Necessário se faz adotar uma nova política visando maiores recursos e melhores aparelhamentos para as Polícias Militares, para que estas façam frente à comunidade um trabalho ostensivo preventivo, evitando a ascensão da delinqüência violenta.

8) Assistência psicológica

Os policiais militares vivem momentos de grandes oscilações. A dramática convivência com expectativas de papéis contraditórios, gera para o policial-militar momentos extremos de tensão. Ao mesmo tempo em que deve ser bom pai, bom marido, homem justo, ele é o enfrentador de bandidos, de marginais, é o que dá assistência a uma parturiente. São situações extremas que, invariavelmente, conduzem o homem ao "stress". Aí, entra a orientação psicológica, através de uma assistência afetiva, que faça com que o homem volte a trilhar os caminhos da normalidade e não exceda em sua maneira de ser.

Esta orientação conduz o homem para ações que avaliarão as suas tensões físicas e psíquicas acumuladas no dia-a-dia de trabalho.

Tais orientações devem partir, não só de técnicos especializados, mas também, dos superiores hierárquicos, através de um relacionamento afetivo e humano.

9) Incrementação do lazer

Adotar a forma de prevenção indireta, para evitar a violência policial-militar, com atitudes, medidas e atividades planejadas e executadas, buscando, inclusive, melhorar as condições de vida, possibilitar aos mesmos as realizações de suas aspirações, progredindo profissional, econômica, social e culturalmente e terem adequadas condições de lazer para aliviar as tensões físicas e psíquicas.

Propor interrupções no seu ritmo de trabalho estafante, concedendo-lhe as folgas, as férias, os descansos e oferecendo-lhes condições de aproveitá-los intensamente, principalmente ao lado de seus familiares.

Propiciar-lhes, ainda, tranqüilidade e bem estar pessoal e social, visando eliminar o "stress" e agir sobre os estímulos da agressividade, prevenindo-os assim, contra os delitos e as transgressões, canalizando-os para a prática de fatos de valor humano e positivos.

3. C O N C L U S ã O

A Bíblia narra que, depois de criar o primeiro casal humano, Deus o colocou num paraíso terrestre. Queria que usufruísse a vida para sempre na terra. Seu propósito era que os dois estendessem o seu paraíso sobre toda a terra. Isto é demonstrado nas instruções que lhes deu: " Sede fecundos e tornai-vos muitos e enchei a terra, e sujeitai-a." (Gênesis1:28). Sim, o propósito de Deus era que a terra inteira, com o passar do tempo, viesse a estar sob o controle de uma família humana justa, na qual todos vivessem juntos em paz, em bondade, em justiça, em amizade, em amor e felicidade.

Nos tempos odiernos, tais coisas parecem impossíveis de serem usufruídas na terra, mesmo que sejam apenas por pouco tempo.

As doenças, a velhice, a fome, a violência e o crime, para se mencionar apenas alguns dos problemas da humanidade, muitas vezes tornam a vida miserável. E, o que se vê no mundo, no Brasil e no Estado de Goiás de nossos dias é o crescimento assustador do índice de criminalidade; multiplica-se a violência; viver nas grandes cidades torna-se, a cada dia que passa, um terrível pesadelo; os jovens estão sendo atacados pelas drogas que lhes desfibram a saúde mental, física e espiritual; a imoralidade e o alcoolismo campeiam; a família, que é a base fundamental da sociedade, está sendo destruída; deterioram-se os valores éticos, morais e espirituais da Nação.

O aperfeiçoamento de leis, justiça mais rápida e eficiente, policiamento ostensivo(mesmo com a cooperação das Forças Armadas), nada disto fará regridir a criminalidade violenta a níveis "toleráveis", pois as raízes mais profundas da motivação delinquencial assentam-se justamente na crise sócio-político-econômica, e muito pouco ou quase nada se tem feito para diagnosticar e anular suas verdadeiras causas.

Os órgãos do Sistema de Segurança e Defesa Social, muitas vezes falham em seus esforços. Tal fato pode ser observado na quantidade de policiais-militares mortos ao intervir em "perturbações" entre pessoas, mais frequentemente, em ocorrências policiais-militares, envolvendo pessoas da própria família.

Como o trabalho do policial-militar é de tal ordem que está sempre pronto a classificar a conduta de outros como potencialmente perigosa, pode participar de tipos de apresentações degradantes de poder, e estas, por sua vez, promovem a resposta esperada de "animal" limitando seriamente o repertório de padrões de respostas do policial-militar e aumentando a probabilidade de violência. Esta competição irá sempre existir no relacionamento entre os componentes das instituições de segurança e a violência social.

Dentro dos ditames da lei, a Polícia Militar do Estado de Goiás, tem como objetivo maior, a manutenção da ordem pública e a incolumidade do cidadão e do patrimônio. Convém lembrar, entretanto, que tem responsabilidades também, com o seu ambiente interno, especialmente com seus recursos humanos, sem considerar os recursos logísticos que superdimensionam e dinamizam a capacidade operacional dos indivíduos, no contexto da Organização.

O homem deve ser a preocupação maior, prioritária da Corporação, porque é dele e somente dele que dependem a eficiência e a eficácia da prestação de serviços.

O policial-militar violento deve ser exemplarmente punido, sendo estirpado do seio da Corporação.

Está na hora de se repudiar todos os integrantes de violência nas ações policiais-militares.

Está na hora de se praticar a verdadeira polícia ostensiva, que não se confunde com atos atrabiliários e prepotentes.

Está na hora da minoria, que não sabe trabalhar, aprender que :

- a. Energia não se confunde com a violência;
- b. Força deve ser empregada tão somente contra os marginais que aterrorizam a população, mas não contra o cidadão indefeso;
- c. A pessoa do preso, mesmo o delinquente perigoso, depois de dominado e sob custódia, está sob a proteção do policial-militar e, como ser humano, a sua integridade física deve ser preservada.

Contudo e para tanto, a minoria de maus policiais militares tem de ajustar-se e aprender a atuar como "verdadeiros policiais", sem recorrer a espancamentos, brutalidade e atitudes prepotentes.

Uma Corporação que reprime a criminalidade violenta a níveis suportáveis, cumpre o seu objetivo de proporcionar a tranquilidade, torna-se uma Corporação de profissionais de segurança pública eficiente e eficaz nas ações de manutenção da ordem pública.

É este o grande desafio da Corporação: continuar em paz com a comunidade; aperfeiçoar o sistema operacional para conter a criminalidade, mormente a violência que tenta de todas as formas provocar rupturas em sua malha protetora, criminalidade esta que assusta e provoca o clima de pavor coletivo.

A reflexão é fundamental, principalmente, neste momento, aproveitando este clima de NATAL que se aproxima irradiando eflúvios de paz, fraternidade e amor.

Fica aos companheiros policiais-militares, o tino para agir e revestir todas as ações dentro de parâmetros que coloquem a dignidade da pessoa humana acima de tudo.

B I B L I O G R A F I A

BÍBLIA SAGRADA

ADESG (1981) Violência e Comunicação de massa.

AFFONSO, L.A. (1985) A violência Urbana; O Alferes ,
Belo Horizonte, Vol.6, p.11-82

ALBERTO, D. (1980) Manifestação da Violência, Ciência Penal, Rio de Janeiro, Ed. Forense, Vol.1 p.77 - 81.

ALMEIDA, K.S. (1984). Violência Policial, O problema suas causas e soluções, Palestra aos Oficiais do Comando de Policiamento da Capital, Belo Horizonte.

AURÉLIO, B.H.F. (1977). Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 1ª ed., Editora Nova Fronteira, p.498.

CAETANO, M. (1977). Princípios Fundamentais do Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 1ª ed., v. 1, p. 335.

CARLOS, E,M,M, (1980). A situação da violência Social, Ciência Penal, Rio de Janeiro, Ed. Forense , 1ª ed. v. 1. p. 3-27.

CRETELLA, J,J, (1972). Lições de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, José Bushatsky Editora, p. 229.

ESPÍRITO SANTO, J, (1986) , Polícia e Pena, na prevenção da Criminalidade. O Alferes , Belo Horizonte, vol. 8, p.37-50.

GORDILLO, A, (1963) . Estudios de Derecho Administrativo , Editorial Perrot, Buenos Aires . Vol. 13 p. 17.

JORGE, W. (1980) . A origem da violência urbana, Ciência Penal , Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro, vol. 1. p. 28-37.

- JOSÉ, G. (1980). Da violência à Desviolência, Ciência Penal, Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro, vol. 1.p.59 a 64.
- LUCIO, K. (1980). A origem da violência, Ciência Penal, Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro , vol. 1., p. 45-50.
- MALINOWSKI, B. (1948). An anthropological analysis of War, Magic , Science and Religion. Glencol, Vol ' III, Free Press. p. 286.
- MARCOS, T.F. (1980). Origem da violência, Ciência Penal , Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro , vol. r, p. 51-58.
- MARQUES, J.B.A. (1984). Democracia, Violência e Direitos Humanos. São Paulo, Editora Cortez, Autores ' Associados, 3 ed.
- MEIRELES, A. (1985) A Síndrome da Violência Urbana , O Alferes, Belo Horizonte, vol. 7 p. 95-127- Set. Dez.
- MEIRELLES, H.L. (1984). O Poder de Polícia, Direito ' Administrativo Brasileiro, 10a ed. Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, p. 82.
- MONTALVÃO, A. (1981). Psicologia aplicada ao Comportamento; Relações Públicas e Humanas,Tensão Emocional, Especial Editora Santo Amaro , São Paulo, vol 1. p. 15-226.
- NADIR, K. (1980) Origem da Violência na perspectiva do Serviço Social. Ciência Penal. Companhia Editora ' Forense, Rio de Janeiro, vol.1 o. 38-44.
- PENA, G.P.M. (1986). Sensacionalismo e violência. O Alferes, Belo Horizonte. vol. 8, p. 51-91, Jan.Mar.
- SAMUEL, P.N. (1980). Institucionalização de violência, Ciência Penal, Companhia Editora Forense, vol. 1 ' p.82-91.
- SEIXAS, Pedro da Silva. (1987). A violência Policial ' no contexto da violência urbana. O Alferes, Belo ' Horizonte, vol. 12, p. 77-91.

- SÉRGIO, D.S. (1980). Manifestação de violência, Ciência Penal, Companhia Editora Forense, Rio de Janeiro, ' vol. 1. p. 65-76.
- SINGER, J.L. (1975) O controle da Agressão e, da violência: Fatores Cognitivos e Fisiológicos, Ed. da Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 280-295.
- SOUZA, P. (1980). A maior violência do mundo, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, Editora Traço , 1a. ed. p. 92-95.